



EFICIÊNCIA DO ESTADO, GOVERNANÇA E DESBUROCRATIZAÇÃO

VISÃO 2022

O Estado brasileiro amplia a eficiência e eficácia na gestão e realiza um amplo programa desburocratizante. As políticas públicas são avaliadas com maior transparência e a gestão é profissionalizada a partir da adoção de critérios para preenchimento da maior parte das funções públicas. Há aprimoramento contínuo da governança e do combate à corrupção. A capacidade e a agilidade de implementação dos investimentos e de abertura e licenciamento dos negócios se ampliam expressivamente.



Por que **Eficiência do Estado, Governança e Desburocratização**?

A ineficiência do Estado resulta em bens e serviços públicos de baixa qualidade e em quantidade inferior ao necessário. Como resultado, recursos que poderiam ser investidos na produção são desviados tanto pela maior tributação como pela necessidade de o setor privado assumir as responsabilidades do Estado. Ambos impõem custos à sociedade.

O Estado brasileiro gasta muito com custeio. O aumento da eficiência do Estado passa pela maior alocação dos recursos em investimento, pela avaliação sistemática de projetos e programas de governo, e por mecanismos de prevenção e combate à corrupção.

Para isso, é necessário reduzir a burocracia, melhorar a capacidade do Estado planejar e executar suas políticas e investimentos, além de aumentar a transparência do setor público.



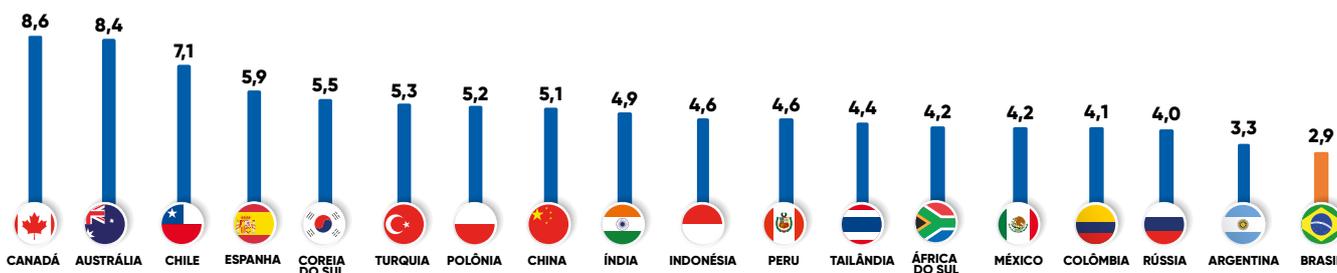
AVANÇOS NA AGENDA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

- Lei nº 12.846/2013, que trata do Combate à Corrupção
- Lei nº 13.303/2016, que estabelece novas regras para as empresas estatais
- Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Como estamos?

O Brasil é o **último colocado de 18** no indicador de eficiência do Estado no relatório **Competitividade Brasil 2017-2018: comparação com países selecionados**.

FIGURA 13 – RANKING DE EFICIÊNCIA DO ESTADO



Fonte: CNI (2018b).

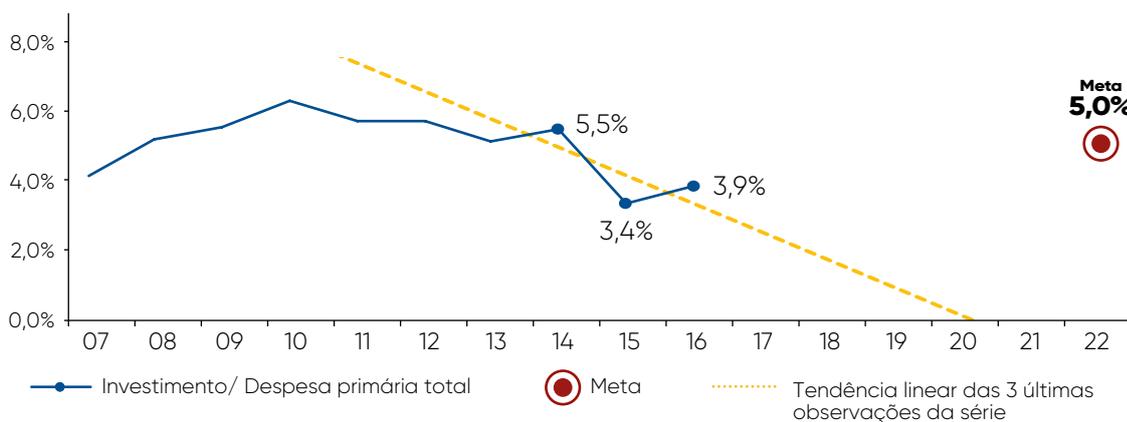
Nota: Escores médios (0=piores desempenho; 10=melhor desempenho).

Aonde queremos chegar?

Objetivo principal: Melhorar a eficiência dos gastos públicos aumentando o investimento público

Macrometa: Aumentar a participação do investimento na despesa do governo, de 3,9% para 5,0%

FIGURA 14 – DESPESA DO GOVERNO CENTRAL COM INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL



Fonte: CNI, com base em dados do Tesouro Nacional.

TEMA PRIORITÁRIO 1

GESTÃO PÚBLICA

A melhoria da qualidade dos serviços públicos deve resultar de maior eficiência na alocação dos recursos e na gestão das políticas



O Estado brasileiro não provê adequadamente de serviços básicos a população. Bens e serviços públicos insuficientes e de baixa qualidade encarecem as atividades econômicas e desestimulam o investimento.

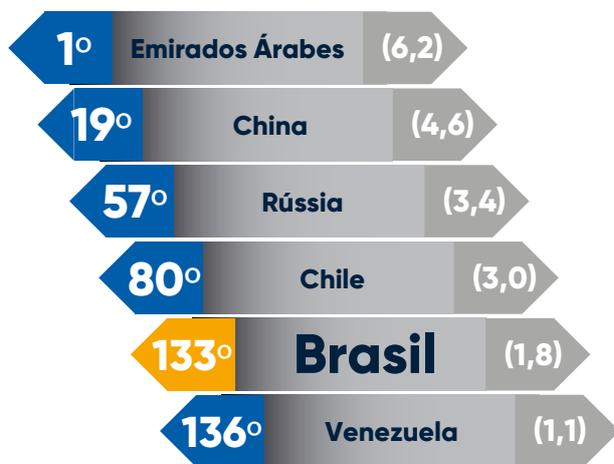
A inadequação dos serviços públicos se deve principalmente à baixa qualidade da gestão pública. É possível melhorar a qualidade dos serviços prestados sem aumento de gastos.

A avaliação de políticas públicas e a melhor gestão de processos, resultados e recursos humanos são pontos centrais para melhorar a prestação de serviços sem pressionar o gasto público. É necessário que as políticas tenham metas e métricas definidas desde antes de sua implementação e que sejam avaliadas periodicamente para verificar se estão sendo cumpridas. Dessa forma, é possível ampliar programas com bons resultados e descontinuar programas que não dão os resultados esperados.

O crescimento econômico sustentado, em patamar elevado, requer ajustes estruturais no setor público. A avaliação precisa dos custos e benefícios dos programas e políticas, de forma a se obter maior produtividade do gasto e equilíbrio das contas públicas, é ainda mais essencial em um contexto de crescente restrição fiscal.

A agenda de modernização da gestão pública deve buscar um Estado mais eficiente, que atue com transparência e em parceria com o setor privado, visando ampliar a capacidade de produzir benefícios para a sociedade.

FIGURA 15 – RANKING DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO



Fonte: WEF (2017).

Nota: Escores médios (0=pior desempenho; 7=melhor desempenho).

OBJETIVOS

- 1** Aumentar a eficiência dos gastos públicos
Meta ▶ Melhorar a nota do Brasil em eficiência na gestão das finanças públicas, de 1,63 para 5,00
- 2** Aumentar a transparência do setor público
Meta ▶ Melhorar a nota do Brasil em transparência da política governamental, de 1,95 para 4,50



Veja a descrição e a evolução dos indicadores no Apêndice A.

INICIATIVAS

- » Estímulo à análise de custo-benefício de ações governamentais de alto impacto na competitividade
- » Avaliação da alocação de recursos no orçamento federal e seus impactos na competitividade
- » Modernização da administração pública
- » Aperfeiçoamento da lei de licitações
- » Implantação de mecanismos de consulta obrigatórios na regulamentação de leis
- » Regulamentação do lobby



TEMA PRIORITÁRIO 2

GOVERNANÇA

O avanço da agenda de competitividade depende criticamente da melhoria da articulação das políticas públicas



A gestão da agenda da competitividade no Brasil é fragmentada entre vários programas em órgãos e agências diferentes, o que dificulta o alinhamento de objetivos e a mensuração de resultados, havendo casos de esforços repetidos e até mesmo conflitantes. Uma articulação de políticas públicas eficaz é essencial para tornar a indústria brasileira global, competitiva e sustentável.

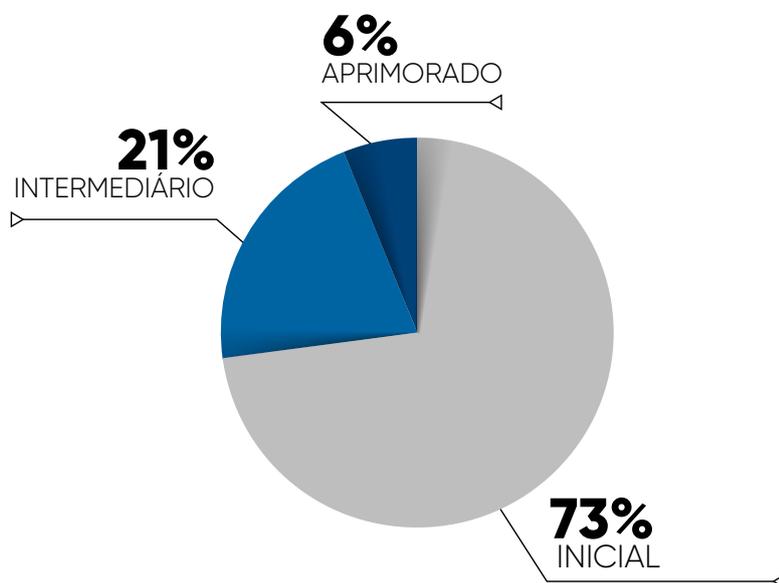
O atual modelo de gestão e de governança do Estado não está produzindo as transformações necessárias para o avanço da competitividade. É necessário aperfeiçoar os arcabouços institucionais e dar foco na agenda da competitividade.

O Estado necessita de mecanismos de coordenação e constante alinhamento das estratégias e objetivos de médio e longo prazos. É necessário que se tenha a definição clara de prioridades e responsabilidades para que se possa gerir as agendas dispersas entre vários órgãos e agências do governo, visando à obtenção de resultados.

É preciso estabelecer novos padrões de articulação e cooperação entre atores governamentais, empresariais e políticos e regular e coordenar essas interações com vistas a superar os gargalos de competitividade do país.

A atuação das agências reguladoras precisa ser aprimorada. É necessário haver avaliação dos impactos para as empresas e para os consumidores antes, durante e após a implementação de decisões regulatórias. Uma maneira de colaborar com esse processo é adotar critérios técnicos para preencher funções públicas. Outra é disseminar boas práticas de qualidade regulatória, como, por exemplo, consultas públicas, análises de impacto regulatório e avaliação de políticas públicas.

FIGURA 16 – AVALIAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL EM CULTURA ORIENTADA A RESULTADOS



Fonte: Nardes, Altounian e Vieira (2014, apud TCU, 2013).

Nota: Foram classificados como inicial os órgãos em que menos de 40% das boas práticas e governança estão implementadas. Foram classificados como intermediários os órgãos em que as boas práticas estão parcialmente implementadas (entre 40% e 70%). Foram classificados como aprimorados, os órgãos em que mais de 70% das boas práticas estão implementadas.

OBJETIVO

1 Aumentar a eficácia da governança

Meta ▶ Melhorar a nota do Brasil em efetividade da implementação de decisões governamentais, de 2,68 para 5,00



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

INICIATIVAS

- » Implantação de governança da agenda da competitividade
- » Aperfeiçoamento do sistema regulatório federal
- » Melhoria da qualidade regulatória



TEMA PRIORITÁRIO 3

SEGURANÇA PÚBLICA

A melhoria da segurança pública deve resultar em maior qualidade de vida e um ambiente mais favorável à atividade econômica



Níveis elevados de crime e violência significam perdas tanto para a sociedade como para a economia de um país.

A baixa qualidade da segurança pública obriga as pessoas a pagarem pela segurança duas vezes, primeiro em impostos e depois em soluções de segurança privada. Recursos que seriam empregados na produção são desviados para a compra de equipamentos de segurança e para a contratação de segurança privada e de seguros, reduzindo a produtividade da economia como um todo.

As decisões de investimentos também são afetadas pela violência. Segundo CNI (2017b) um em cada três empresários industriais considera que a falta de segurança afeta as decisões de investimento, em termos de localização da empresa. Localizações mais eficientes – perto da fonte de matérias-primas ou do consumidor – são desconsideradas devido à insegurança, o que aumenta o custo de produção.

Outro impacto indireto da falta de segurança é a redução da produtividade dos trabalhadores. A ansiedade em relação à própria segurança e à de sua família prejudica o aprendizado e a concentração dos trabalhadores, além de gerar atrasos e até mesmo ausências do trabalho.

Fora dos centros urbanos, os problemas de insegurança se evidenciam na fragilidade da vigilância nas fronteiras – rota de contrabando de mercadorias, armas e drogas – e na elevada incidência do roubo de cargas no transporte rodoviário.

Para enfrentar o problema da falta de segurança, o Brasil precisa modernizar e integrar nacionalmente os sistemas de segurança, aumentar o controle das fronteiras e o combate ao roubo de cargas. O consumo de drogas, de produtos piratas e de mercadorias roubadas ou furtadas também contribui para o aumento da violência e deve ser desestimulado.

FIGURA 17 – IMPACTO DA FALTA DE SEGURANÇA NAS DECISÕES DE INVESTIMENTO, EM TERMOS DE LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS
(percentual de respostas)



Fonte: CNI (2017b).

OBJETIVO

1 Melhorar a segurança pública

Meta ▶ Melhorar a nota do Brasil em custo da criminalidade para os negócios, de 2,68 para 4,00



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

INICIATIVAS

- » Estímulo à criação de plano nacional de segurança pública
- » Estímulo à criação de sistema nacional de informações de segurança, com dados padronizados e disponíveis à sociedade
- » Promoção do combate à pirataria e à venda de produtos roubados



TEMA PRIORITÁRIO 4

SISTEMA DE SAÚDE



A melhoria dos serviços de saúde deve resultar em maior qualidade de vida e produtividade do trabalho



O sucesso de um país depende da qualidade de seu capital humano, que requer o acesso da população a um sistema de saúde capaz de responder pela promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, conforme as necessidades das pessoas.

O sistema brasileiro de saúde (público e privado) não cumpre esses objetivos de forma adequada, o que resulta em morte prematura e adoecimento crônico. Nas empresas, verifica-se queda da produtividade, afastamentos recorrentes e prolongados e aumento de custos com substituição do funcionário e seguros relacionados.

O sistema é caro e inefetivo, pois não foca na prevenção e no controle de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, pressão alta, etc. Quando não controladas, essas doenças geram altos custos com atendimento na emergência dos hospitais.

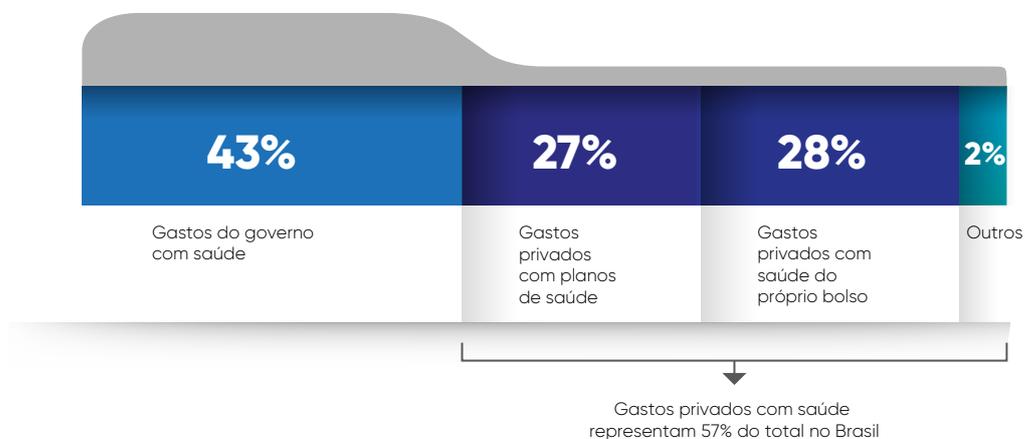
O gasto privado com saúde representa 57% do total de recursos do sistema de saúde brasileiro (OMS, 2018), dos quais cerca de metade se refere a planos de saúde. Os planos coletivos representam 80% da cobertura de vidas contratadas (ANS, 2017) e convivem com aumentos dos seus custos acima da inflação.

O aumento dos custos dos planos se dá por três principais fatores: falta de moderação de uso pelos usuários; judicialização para acesso a tecnologias sem comprovação de benefício aos pacientes em relação aos custos assistenciais; e desperdício de recursos humanos e materiais, com excesso de exames e procedimentos.

Também é necessário aprimorar a gestão da recuperação e do retorno ao trabalho. Atualmente, há baixa efetividade no processo de recuperação e o trabalhador que retorna ao trabalho volta a se afastar diversas vezes ao ano.



FIGURA 18 – GASTO COM SAÚDE POR ORIGEM DO FINANCIAMENTO (2015)



Fonte: CNI, com base em dados da OMS.

OBJETIVO

1 Melhorar os serviços de saúde

Meta ► Melhorar a nota do Brasil na adequação da infraestrutura de saúde, de 1,82 para 3,50



Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

INICIATIVAS

- » Fortalecimento dos programas e serviços de prevenção e promoção da saúde
- » Aperfeiçoamento da regulação do sistema de saúde suplementar
- » Melhoria da qualidade na assistência e na gestão da reabilitação de trabalhadores afastados por acidentes e doenças



TEMA PRIORITÁRIO 5

DESBUROCRATIZAÇÃO

O excesso de burocracia reduz a produtividade da economia



Uma das razões para a baixa produtividade na economia brasileira é o excesso de burocracia enfrentado pelas empresas, que desvia recursos de atividades produtivas para atividades não produtivas. Em vez de concentrarem seus esforços nos próprios negócios, as firmas precisam dispor de uma grande quantidade de tempo e recursos para se instalar, obter licenças e autorizações, lidar com os procedimentos de importação e exportação e pagar tributos, ou seja, cumprir com as exigências legais para seu funcionamento.

A regulação da atividade econômica é importante para proteger a sociedade e as empresas. No entanto, quando ela é acompanhada por excesso de burocracia, gera mais danos que benefícios. A burocracia excessiva contribui para aumentar o tamanho dos gastos do Estado e favorece a corrupção e a informalidade.

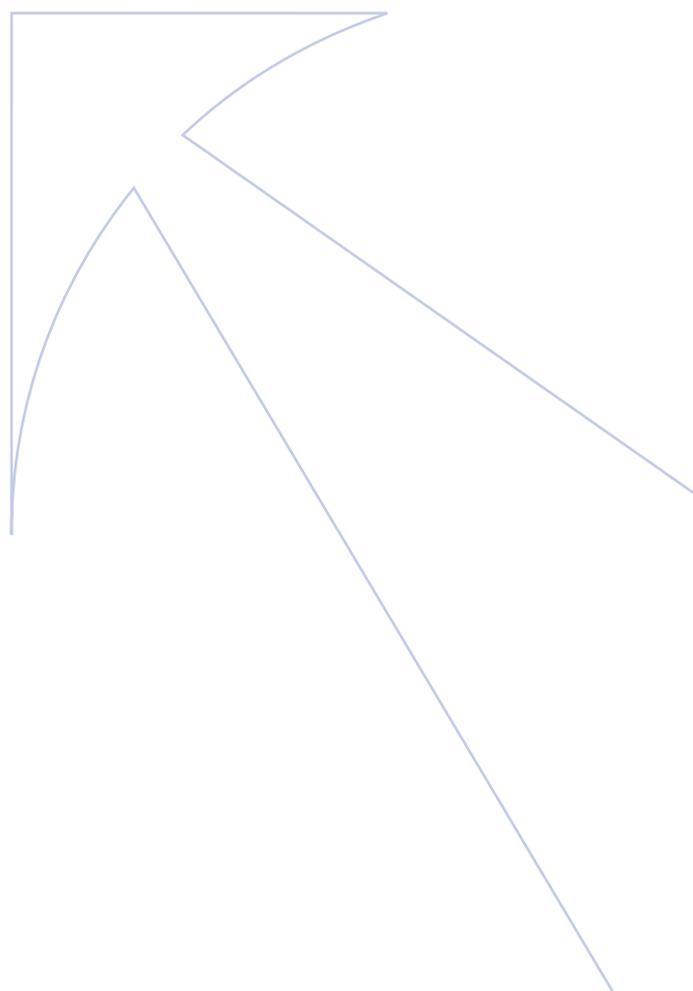
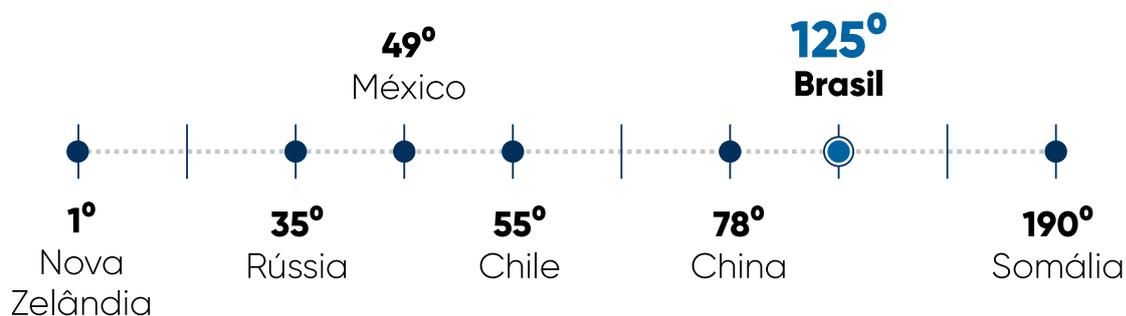


FIGURA 19 – RANKING DE FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS



Fonte: Banco Mundial (2018).

OBJETIVO

- 1 Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos que afetam o ambiente de negócios

Meta ▶ Melhorar a nota do Brasil em prejuízo causado aos negócios pela burocracia, de 0,67 para 2,00¹

Veja a descrição e a evolução do indicador no Apêndice A.

¹ Quanto maior a nota, menor o prejuízo causado aos negócios pela burocracia.

INICIATIVAS

- » Estímulo à modernização dos procedimentos para licenciamento de empresas
- » Estímulo à autorregulação de setores produtivos
- » Desenvolvimento de estratégias e consolidação de propostas para reduzir a burocracia em assuntos tributários, de meio ambiente, de relações de trabalho e de políticas de comércio exterior